

**Santa Casa da Misericórdia de Miranda do
Douro**

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019

*João
Sérgio
Sérgio
Sérgio
Sérgio*

Índice

Demonstrações Financeiras.....	4
Balanço	4
Demonstração dos resultados por Naturezas	5
Demonstração dos Resultados por Funções	6
Demonstração das Fluxos de Caixa	7
Anexo	8
1. Identificação da entidade	8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	8
3. Resumo das principais políticas contabilísticas adotadas	9
3.1 Bases de Apresentação	9
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	18
5. Ativos fixos tangíveis	18
Outros ativos fixos tangíveis.....	19
6. Bens do Património Histórico e Cultural	20
7. Ativos intangíveis.....	20
8. Inventários	21
9. Rédito	22
10. Provisões, passivos e ativos contingentes	22
11. Subsídios e apoios do Governo	22
12. Benefícios dos empregados.....	22
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	23
14. Outras Informações	23
14.1 Investimentos financeiros	23
14.2 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados	24
14.3 Clientes e Utentes.....	24
14.4 Outras Contas a Receber	24
14.5 Diferimentos	25
14.6 Caixa e depósitos bancários	25
14.7 Fundos patrimoniais	25

14.8	Fornecedores	26
14.9	Estado e outros entes públicos.....	26
14.10	Outras contas a pagar	26
14.11	Financiamentos Obtidos.....	27
14.12	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	27
14.13	Fornecimentos e serviços externos	28
14.14	Outros rendimentos e ganhos.....	29
14.15	Outros gastos e perdas	29
14.16	Resultados financeiros.....	29
14.17	Honorários dos Revisores Oficiais de Contas	29
14.18	Acontecimentos Após a Data do Balanço.....	29

Paulo
F-J
Hernandes
MG
Beedo

Demonstrações Financeiras

Balanço

Handwritten signatures and initials:
 Amadeu
 LWR
 Facet
 MS
 Pado

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		31 Dez 2019	31 Dez 2018	
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos Fixos Tangíveis	5	2.947.377,37	3.005.616,06	-1,94%
Bens do patrimônio histórico e cultural	6	53.244,39	53.244,39	0,00%
Investimentos financeiros	14.1	7.566,37	4.990,30	51,62%
		3.008.188,13	3.063.850,75	-1,82%
Ativo corrente				
Inventários	8	29.016,54	35.788,78	18,92%
Clientes	14.3	113.680,69	99.311,33	14,47%
Adiantamentos a fornecedores	14.8	17,81	448,79	-96,03%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	14.2	1.520,00	1.070,00	42,06%
Outras ativos correntes	14.4	150.346,76	100.863,72	49,24%
Diferimentos	14.5	11.796,19	10.735,48	9,88%
Caixa e depósitos bancários	14.6	229.981,62	224.481,80	2,45%
		536.359,61	472.699,90	13,50%
Total do Ativo		3.544.547,74	3.536.550,65	0,23%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos	14.7	159.260,13	159.260,13	0,00%
Resultados transitados	14.7	1.798.807,07	2.002.332,39	-10,16%
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.7	843.521,92	784.858,63	7,47%
Resultado líquido do período		-110.488,37	-205.868,00	46,332%
Total dos fundos patrimoniais		2.691.100,75	2.740.583,15	-1,81%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	10	7.550,00	7.550,00	0,00%
Financiamentos obtidos	14.11	136.904,78	174.281,53	27,44%
		144.454,78	181.831,53	26,51%
Passivo corrente				
Fornecedores	14.8	118.333,86	103.131,47	14,08%
Adiantamento de Clientes	14.3	443,40	0,00	100,00%
Estado e outros entes públicos	14.9	51.455,70	52.075,25	-1,19%
Diferimentos	14.5	27.095,57	37.654,38	-28,04%
Outras passivos correntes	14.10	374.286,93	380.335,45	-1,59%
Financiamento Obtidos	14.11	137.376,75	40.939,42	235,56%
		708.992,21	614.135,97	9,89%
Total do Passivo		853.446,99	795.967,50	7,24%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		3.544.547,74	3.536.550,65	0,23%

Demonstração dos resultados por Naturezas

Handwritten signatures and initials:
 FUR
 Jacinto
 H-J
 Hernandez
 MR
 Beado

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2019	2018	
Vendas e serviços prestados	9	1.420.700,10	1.305.543,58	8,82%
Subsídios, doações e legados à exploração	11; 14.12	1.570.533,60	1.489.782,56	5,42%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-328.649,53	-329.676,81	0,31%
Fornecimentos e serviços externos	14.13	-371.055,39	-378.622,85	2,00%
Gastos com o pessoal	12	-2.334.486,65	-2.218.168,40	-5,24%
Provisões (aumentos/reduções)	10	0,00	-2.525,00	100,00%
Outros rendimentos	14.14	57.754,91	59.206,33	-2,45%
Outros gastos	14.15	-18.778,68	-22.423,35	16,25%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-3.981,64	-96.883,94	95,89%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-102.647,31	-104.775,32	2,03%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-106.628,95	-201.659,26	47,12%
Juros e gastos similares suportados	14.16	-3.859,42	-4.208,74	8,30%
Resultados antes de impostos		-110.488,37	-205.868,00	46,33%
Resultado líquido do período		-110.488,37	-205.868,00	46,33%

Demonstração dos Resultados por Funções

Handwritten signatures and initials:
 Rur
 Paulo
 J.
 Humano
 W
 Pedro

		PERÍODOS		
RUBRICAS	NOTAS	2019	2018	Variância
Vendas e serviços prestados	9	1.420.700,10	1.305.543,58	8,82%
Custo das vendas e dos serviços prestados		-2.663.136,18	-2.547.845,21	-4,53%
Resultado bruto		-1.242.436,08	-1.242.301,63	-0,01%
Outros Rendimentos		1.640.788,51	1.548.988,89	5,93%
Gastos de distribuição		-318,25	-1.312,67	75,76%
Gastos administrativos		-485.884,45	-484.622,71	-0,26%
Outros gastos		-18.778,68	-22.411,14	16,21%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-106.628,95	-201.659,26	47,12%
Gastos de financiamento	14.16	-3.859,42	-4.208,74	8,30%
Resultados antes de impostos		-110.488,37	-205.868,00	46,33%
Resultado líquido do período		-110.488,37	-205.868,00	46,33%

Demonstração das Fluxos de Caixa

Handwritten signature and notes:
 FUR
 Jacec
 43-
 Hernandez
 offcedo

		DATAS		
RUBRICAS	NOTAS	2019	2018	Variância
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Recebimento de Clientes e Utentes		1.406.267,83	1.292.973,73	8,76%
Pagamento a Fornecedores		-707.227,13	-748.623,57	-5,53%
Pagamentos ao Pessoal		-2.303.414,13	-1.814.264,49	26,96%
Caixa gerada pelas operações		-1.604.414,13	-1.269.914,33	26,34%
Outros Recebimentos / Pagamentos - Utentes		15.122,98	6.722,12	124,97%
Outros Recebimentos / Pagamentos		1.566.414,18	1.189.777,27	31,66%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-22.836,27	-73.414,94	-68,89%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	5	-20.237,58	-14.951,90	35,35%
Investimentos financeiros	14.1	-2.611,08	-2.037,18	28,17%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-22.848,66	-16.989,08	34,49%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		100.000,00	0,00	100,00%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	14.11	-42.601,89	-20.435,65	108,47%
Juros e gastos similares	14.16	-6.213,36	-4.847,62	28,17%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		51.184,75	-25.283,27	-302,45%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		5.499,82	-115.687,29	-104,75%
Caixa e seus equivalentes no início de período		224.481,80	340.169,09	-34,01%
Caixa e seus equivalentes no fim de período	14.6	229.981,62	224.481,80	2,45%

Anexo

1. Identificação da entidade

A "Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro", pessoa coletiva n.º 501596968 é uma Instituição Particular sem fins lucrativos, e encontra-se registada, a título definitivo, na Direção Geral de Segurança Social, desde 15 de novembro de 1985, tem a sua sede na Rua Rainha D. Catarina, S/n, 5210 – 228 Miranda do Douro.

João
HJ
FW
Henriques
off
Reado

De forma a prosseguir os seus fins estatutários, a instituição tem como atividade principal o apoio à terceira idade e infância através das seguintes respostas sociais:

- Lares de idosos;
- Unidade de Cuidados Continuados (Longa duração);
- Jardim de Infância;
- Creche;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Programa Emergência Alimentar.

A Instituição goza das isenções e regalias que o citado Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro concede às Instituições Particulares de Solidariedade Social.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º

20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 - A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;

- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (Aviso n.º 8259/2015, e 29 de julho) – Inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro.

3. Resumo das principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas de acordo com a continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - ESNL.

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a

estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Hernandez" and "NR".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

*João
A-J
Burr
Fernando
No
Hado*

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as

sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

*Paulo
Hil
Fernando
M
P
B*

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas

quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	-
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	-
...	-
Outros Ativos fixos intangíveis	-

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil,
- ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4 Investimentos financeiros

Os Investimentos financeiros atuais dizem respeito à obrigatoriedade em contribuir para o Fundo de Compensação do Trabalho, criado em 2013 pela Portaria nº 294-A/2013, de 30 de setembro e, de acordo com a Lei 70/2013, de 30 de Agosto.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o Custo Médio Ponderado.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes;

3.2.7 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.8 Utentes e outras contas a Receber

Os “Utentes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu valor nominal estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados,

RUB
João
A. I.
Fernando
N.
P. C.

descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

RUB
João
Hernandes
Nº
offroad

3.2.9 Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

3.2.10 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.11 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.12 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

Handwritten signatures and initials:
RUR
João
A. J. C.
H. M. A.
N. B.
P. R. D.

3.2.13 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.14 Benefícios dos Empregados

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm anualmente direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, os colaboradores têm anualmente direito a um mês de subsídio de Natal, direito esse adquirido ao longo do ano e liquidado durante o mês de novembro de cada exercício civil.

Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os colaboradores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu respetivo pagamento.

3.2.15 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os custos de “Empréstimo Obtidos” que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são imediatamente considerados como parte do custo desse mesmo ativo. Outros custos de “Empréstimos Obtidos” são reconhecidos como gasto.

Locações

Os contratos de locação (leasing) são classificados como Locações Financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato. Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas. Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

3.2.16 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

Fluor
Jacinto
F. J.
Hernando
W.
Paço

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

A Entidade não alterou as suas políticas contabilísticas durante o exercício de 2019.

5. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e 2019, mostrando as adições, os

Bur
João
A. J. C.
Hernando
No
P. C. C.

abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Outros ativos fixos tangíveis

Custos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
.: Custo						
Terrenos e recursos naturais	2.629,21	0,00	0,00	0,00	0,00	2.629,21
Edifícios e outras construções	4.294.542,80	10.680,62	0,00	0,00	0,00	4.305.223,42
Equipamento básico	575.222,49	15.584,32	0,00	0,00	0,00	590.806,81
Equipamento de transporte	266.475,75	0,00	0,00	0,00	0,00	266.475,75
Equipamento administrativo	203.205,12	543,17	0,00	0,00	0,00	203.748,29
Outros ativos fixos tangíveis	6.177,52	112,99	0,00	0,00	0,00	6.290,51
Total:	5.348.252,89	0,00	0,00	0,00	0,00	5.375.173,99
.: Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	8.870,52	0,00	0,00	0,00	0,00	8.870,52
Edifícios e outras construções	893.038,86	86.104,47	0,00	0,00	0,00	979.143,33
Equipamento básico	784.972,84	5.070,41	0,00	0,00	0,00	790.043,25
Equipamento de transporte	233.824,67	11.932,71	0,00	0,00	0,00	245.757,38
Ferramentas e Utensílios	84.081,66	717,75	0,00	0,00	0,00	84.799,41
Equipamento administrativo	208.099,65	949,98	0,00	0,00	0,00	209.049,63
Outros ativos fixos tangíveis	51.894,41	0,00	0,00	0,00	0,00	51.894,41
Total:	2.264.782,61	104.775,32	0,00	0,00	0,00	2.369.557,93

Custos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
.: Custo						
Terrenos e recursos naturais	2.629,21	0,00	0,00	0,00	0,00	2.629,21
Edifícios e outras construções	4.305.223,42	13.128,05	0,00	0,00	0,00	4.318.351,47
Equipamento básico	590.806,81	7.758,60	0,00	0,00	0,00	598.565,41
Equipamento de transporte	266.475,75	16.530,00	0,00	0,00	0,00	283.005,75
Equipamento administrativo	203.748,29	5.018,76	0,00	0,00	0,00	208.767,05
Outros ativos fixos tangíveis	6.290,51	1797,71	0,00	0,00	0,00	8.088,22
Total:	5.375.173,99	44.233,12	0,00	0,00	0,00	5.419.407,11
.: Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	8.870,52	0,00	0,00	0,00	0,00	8.870,52
Edifícios e outras construções	979.143,33	80.568,42	0,00	0,00	0,00	1.059.711,75
Equipamento básico	790.043,25	4.771,96	0,00	0,00	0,00	794.815,21
Equipamento de transporte	245.757,38	14.358,90	0,00	0,00	0,00	260.116,28
Ferramentas e Utensílios	84.799,41	717,84	0,00	0,00	0,00	85.517,25
Equipamento administrativo	209.049,63	2.062,94	175,50	0,00	0,00	210.937,07
Outros ativos fixos tangíveis	51.894,41	167,25	0,00	0,00	0,00	52.061,39
Total:	2.369.557,93	102.647,31	175,50	0,00	0,00	2.472.029,74

Em 2017 foi celebrado um contrato de mútuo com hipoteca de prédio urbano, no valor de 230.000,00 euros, como garantia de todas as responsabilidades assumidas ou a assumir pela Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro.

Handwritten signatures and initials:
 Rua
 Joao
 H. M.
 Henrique
 M.
 M.
 M.

6. Bens do Património Histórico e Cultural

Em 31 de dezembro de 2019, a Instituição apresenta bens relacionados com o património histórico que se considera oportuno preservar por razões de natureza histórica/cultural, e que se apresenta como traço característico o facto de não poderem ser substituídos, no montante de 53.244,39 Euros.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor do Património Histórico e Cultural era 53.244,39 Euros.

Estes bens, de acordo com o normativo aplicável, NCRF-ESNL, não são objeto de depreciação.

7. Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Custos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
.: Custo						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	149,90	0,00	0,00	0,00	0,00	149,90
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	149,90	0,00	0,00	0,00	0,00	149,90
.: Depreciações Acumuladas						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	149,90	0,00	0,00	0,00	0,00	149,90
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	149,90	0,00	0,00	0,00	0,00	149,90

Custos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
∴ Custo						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	149,90	0,00	0,00	0,00	0,00	149,90
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	149,90	0,00	0,00	0,00	0,00	149,90
∴ Depreciações Acumuladas						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	149,90	0,00	0,00	0,00	0,00	149,90
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	149,90	0,00	0,00	0,00	0,00	149,90

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

	2019	2018
Movimentos	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	35.788,78	17.089,87
Compras	321.877,29	348.375,72
Existências Finais	29.016,54	35.788,78
Custo do Exercício	328.649,53	329.676,81

O inventário em 31 de dezembro de 2019 era detalhado conforme se segue:

- Géneros Alimentares: **9.116,88 €**
- Material de Limpeza/Higiene: **6.816,76 €**
- Fraldas e Outros: **4.888,24 €**
- Medicamentos UCCI: **1.330,79 €**
- Material de Enfermagem: **6.863,87 €**

9. Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	2019			2018		
Descrição	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Investimento em subsidiárias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Prestação de Serviços	1.420.700,10	100,00%	8,82%	1.305.543,58	100,00%	4,12%
Quotas de Utilizadores	1.416.910,10	99,73%	8,84%	1.301.784,58	99,73%	3,96%
Quotas e Jóias	3.790,00	0,27%	0,82%	3.759,00	0,27%	114,43%

10. Provisões, passivos e ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2019 a rubrica "Provisões" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018	Aumentos	Diminuições	2019
Outras provisões	7.500,00	0,00	0,00	7.550,00
Total:	7.500,00	0,00	0,00	7.550,00

11. Subsídios e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos na conta "Subsídios das Entidades Públicas":

	2019	2018
Subsídios do Governo		
Centro Regional Segurança Social	1.135.028,43	1.135.028,43
Administração Regional de Saúde do Norte	216.318,86	207.111,81
Instituto Segurança Social Bragança	103.427,81	96.423,43
Instituto Emprego e Formação Profissional	23.916,91	29.331,63
Outros	12.758,92	12.461,73
Total:	1.491.450,93	1.480.357,03

12. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2019 e 2018, foram, respetivamente 5 e 5.

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2018 foi de 163 e em 2019 foi de 165 (incluindo Estágios Profissionais e Contratos Emprego-Inserção).

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Handwritten signatures and initials:
Rui
João
Hernando
M
J. J. J.

Descrição	2019			2018		
	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos gastos reconhecidos no período	Variação percentual face aos gastos reconhecidos no período anterior	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos gastos reconhecidos no período	Variação percentual face aos gastos reconhecidos no período anterior
Remunerações ao Pessoal	1.908.785,18	81,76%	4,92%	1.819.208,28	82,01%	3,45%
Encargos sobre as Remunerações	388.354,85	16,64%	4,80%	370.576,13	16,71%	3,50%
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	29.681,28	1,27%	40,13%	21.181,05	0,95%	13,36%
Outros Gastos com o Pessoal	7.665,34	0,33%	6,42%	7.202,94	0,32%	93,29%
Total:	2.334.486,65	100,00%	5,24%	2.218.168,40	100,00%	3,70%

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

14.1 Investimentos financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2019	2018
Outros Investimentos Financeiros		
Fundos de Compensação do Trabalho	7.566,37	4.990,30
Total:	7.566,37	4.990,30

RMR
João
de
Amândio
de
Alcides

14.2 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados

A 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a conta que representa a Irmandade apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Ativo	1.520,00	1.070,00
Quotas	1.520,00	1.070,00

14.3 Clientes e Utentes

A 31 de dezembro de 2019 e 2018 a conta de "Clientes e Utentes" apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	113.680,69	99.311,33
Adiantamento de Clientes	443,40	0,00
TOTAL:	113.680,69	99.311,33

14.4 Outras Contas a Receber

A 31 de dezembro de 2019 e 2018 a conta "Outras Contas a Receber" apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Outras Contas a Receber		
Fornecedores	3,63	124,88
Outros Rendimentos Diferidos	4.545,40	17.108,16
Devedores e Credores Diversos	113.790,90	83.463,99
Outros Devedores e Credores - POISE	32.006,23	0,00
Outros Devedores e Credores - Utentes	0,60	166,69
Total:	150.346,76	100.863,72

14.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Diferimentos		
Outras despesas com gastos diferidos	11.796,19	10.735,48
Outros rendimentos a reconhecer	27.095,57	37.654,38
Total:	38.891,76	48.389,86

Handwritten signatures and initials:
Zur
João
J
Huanaka
Redo

14.6 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Caixa	1.193,25	2.299,26
Depósitos à Ordem	228.788,37	222.182,54
Total:	229.981,62	224.481,80

14.7 Fundos patrimoniais

Nas rubricas de "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações em 2019 e em 2018:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2019
Fundos	159.260,13	0,00	0,00	159.260,13
Resultados transitados	2.002.332,39	0,00	203.525,32	1.798.807,07
Outras variações nos fundos patrimoniais	784.858,63	78.154,53	19.491,24	843.521,92

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	159.260,13	0,00	0,00	159.260,13
Resultados transitados	2.180.861,55	0,00	178.529,16	2.002.332,39
Outras variações nos fundos patrimoniais	804.349,99	0,00	19.491,36	784.858,63

Importa referir que durante o exercício de 2019 foram efetuadas correções extraordinárias no valor de 209.962,37 (a débito) e 6.437,05 (a crédito) com o objetivo de regularizar diversas contas de terceiros que não apresentavam saldos corretos.

Handwritten signatures and initials:
 Zuzi
 J. Leite
 J. J. J.
 Henrique
 H. B.
 Rado

14.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma em 2019 e 2018:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	118.333,86	103.131,47
Adiantamentos a Fornecedores	17,81	448,79

14.9 Estado e outros entes públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma em 2019 e 2018:

Descrição	2019	2018
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	8.891,00	9.241,00
Segurança Social	42.324,79	42.834,25
Fundos de Compensação	239,91	218,64
Total:	51.455,70	52.075,25

14.10 Outras contas a pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma em 2019 e 2018:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	0,00	11.989,42	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	11.989,42	0,00	0,00
Credores por Acréscimos	0,00	318.961,26	0,00	312.062,55
Remunerações a Liquidar	0,00	307.805,25	0,00	309.451,54
Outras Despesas Diferidas	0,00	11.156,01	0,00	2.611,01
Outros Devedores e Credores	0,00	43.336,25	0,00	68.272,90
Outros Devedores e Credores - Utentes	0,00	42.996,01	0,00	27.439,50
Outros Devedores e Credores - Penhoras	0,00	236,75		
Outros Devedores e Credores - Sindicatos	0,00	103,49	0,00	28,66
Total:	0,00	374.286,93	0,00	380.335,45

14.11 Financiamentos Obtidos

A rubrica "Financiamentos Obtidos", a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Financiamentos Obtidos		
Empréstimos Bancários	272.619,06	208.333,34
Locações Financeiras	1.662,47	6.887,61
Total:	274.281,53	215.220,95

Rux
Facile
4/5
Humano
Ni
Reado

14.12 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A rubrica de "Subsídios, Doações e Legados à Exploração" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Subsídios de Entidades Públicas	1.531.928,19	1.480.357,03
Centro Regional da Segurança Social	1.175.505,69	1.135.028,43
Administração Regional de Saúde do Norte	216.318,86	207.111,81
Instituto da Segurança Social	103.427,81	96.423,43
Instituto de Emprego e Formação Profissional	23.916,91	29.331,63
Outros	12.758,92	12.461,73
Subsídios de Outras Entidades	12.890,51	2.983,42
Portugal 2020	12.890,51	2.983,42
Doações	25.714,90	6.442,11
Donativos em Espécie	15.485,71	2.218,29
Donativos em Dinheiro	10.229,19	4.223,82
Total:	1.570.533,60	1.489.782,56

14.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Serviços Especializados	123.066,24	114.065,79
Trabalhos Especializados	59.003,15	48.857,36
Vigilância e Segurança	12.260,86	10.434,74
Honorários	22.392,00	25.960,25
Comissões	4.347,91	6.553,74
Conservação e Reparação	25.062,32	22.259,70
Materiais	9.240,06	11.503,67
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	517,47	1.375,37
Livros e Documentação Técnica	194,62	562,14
Material de Escritório	4.506,09	5.635,33
Artigos para Oferta	691,39	799,45
Artigos p/ utilização Utentes	815,17	0,00
Outros Materiais	2.515,32	3.131,38
Energia e Fluidos	213.777,17	228.298,03
Eletricidade	60.701,37	70.084,28
Combustíveis	131.280,04	142.774,91
Água	21.795,76	15.438,84
Deslocações, Estadas e Transportes	758,65	1.646,80
Transportes de Utentes	318,25	1.312,67
Outros	440,40	334,13
Serviços Diversos	24.213,27	23.108,56
Rendas e Alugueres	4.042,61	3.607,83
Comunicação	5.883,67	7.109,43
Seguros	9.178,59	9.022,96
Contencioso e Notariado	1.057,88	00,00
Limpeza, Higiene e Conforto	107,10	142,03
Outros Serviços	3.943,42	3.226,31
Total:	371.055,39	378.622,85

RUR
Ferreira
Hernandes
Pedro

14.14 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma em 2019 e 2018:

Descrição	2019	2018
Rendimento Suplementares	10.500,84	10.315,18
Outros rendimentos e ganhos	47.254,07	48.839,97
Total:	57.754,91	59.206,33

Handwritten signatures and initials:
FVR
J. Costa
H
Fernando
Rodo

14.15 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma em 2019 e 2018:

Descrição	2019	2018
Impostos	1.953,56	2.966,70
Outros Gastos e Perdas	16.825,12	19.456,65
Total:	18.778,68	22.423,35

14.16 Resultados financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-3.859,42	-4.208,74
Total:	-3.859,42	-4.208,74

14.17 Honorários dos Revisores Oficiais de Contas

Os honorários faturados pelos Revisores Oficiais de Contas - FERNANDO PEIXINHO & JOSÉ LIMA-SROC, LDA. - ascendem a 4.870,80 euros em 2019.

14.18 Acontecimentos Após a Data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Em março de 2020, foi declarado pela Organização Mundial da Saúde uma pandemia à escala global denominada por COVID19. Um pouco antes, mas mais fortemente após essa

data, o Mundo como o conhecíamos mudou radicalmente, sofrendo em termos de vidas humanas e de constrangimentos nunca vistos na atividade económica.

Quando no passado dia 25 de março foi comemorado os 25 anos do Espaço Schengen, estavam a generalidade das fronteiras reerguidas, com a exceção para a circulação de trabalhadores transfronteiriços e mercadorias. Embora existisse a possibilidade de circulação de mercadorias aquelas tiveram (têm) um impacto significativo na circulação de bens, o que irremediavelmente afetará o tráfego numa medida e extensão que neste momento ainda não são quantificáveis.

Salientamos que tais factos poderão ter, provavelmente, um efeito negativo sobre a atividade e a rentabilidade da Entidade durante o exercício económico de 2020, não sendo, neste momento, possível fazer a quantificação dos seus efeitos nas demonstrações financeiras daquele exercício que está dependente, entre outros, da dimensão temporal e profundidade desta pandemia, assim como da obtenção dos meios financeiros necessários para ultrapassar a fase mais crítica da situação.

Pese embora a dificuldade e imprevisibilidade de estimação dos efeitos, prevemos que o impacto na atividade económica da entidade possa vir a ter um efeito material nas demonstrações financeiras de 2020. Acreditamos, contudo, que não colocará em causa a continuidade das operações, assim como os compromissos financeiros assumidos.

Assim, apesar dos impactos (ou potenciais impactos) decorrentes do aparecimento da pandemia COVID-19, reafirmamos, que o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, se mantém apropriado.

De acordo com as normas contabilísticas, este evento foi considerado pela gestão como um evento subsequente não ajustável.

Paulo
Ferreira
Henriques
Miguel
Rêgo

As Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 31 de março de 2020.

Miranda do Douro, 31 de março de 2020

O Contabilista Certificado

(CC nº 93796)

Alga Lúcia Rodrigues Pereira

A Mesa Administrativa

João Roberto Fernandes

António Ribeiro Fernandes

João

Luís António Sousa Facedo

António Fernando João

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Opinião com reservas

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Santa Casa da Misericórdia de Miranda, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019, que evidencia um total de **3.544.548 euros** e um total de fundos patrimoniais de **2.691.101 euros**, incluindo um resultado líquido negativo de **110.488 euros**, a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.
2. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção Bases para a opinião com reservas, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião com reservas

3. A Santa Casa não dispõe de um cadastro dos ativos fixos tangíveis que permita efetuar uma verificação quantitativa e qualitativa dos bens que integram o património imobiliário e mobiliário da Instituição e se os bens sujeitos a registo se encontram todos identificados e registados na Conservatória do Registo Predial. Por tal facto, não nos foi possível concluir quanto à integralidade do valor das rubricas “Ativos Fixos Tangíveis” e “Bens de Património Histórico e Cultural” evidenciadas no balanço, as quais, a 31 de Dezembro de 2019, totalizam € 3.000.622,00 e consequentemente quanto à razoabilidade do montante de € 102.647,00 relativo ao saldo da rubrica “Depreciações do exercício” que consta da Demonstração de Resultados.
4. A rubrica de subsídios ao investimento apresenta um saldo de € 843.521,92, para o qual não nos foi possível obter evidência sobre a razoabilidade no valor de € 765.367,39, quer pela ausência de contratos de investimento, quer por não nos ter sido possível verificar os fluxos financeiros subjacentes. Admitimos, no entanto, que se trate de subsídios com particular antiguidade, cujos processos de suporte não estejam adequadamente instruídos e catalogados, e cuja relevação contabilística nunca tenha procedido em conformidade com o normativo contabilístico aplicável, ou seja, a imputação sistemática a resultados de acordo com o plano de depreciações dos ativos subjacentes.
5. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
6. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

7. A Entidade teve no ano de 2017 um prejuízo de € 242.829,28, no ano de 2018 um prejuízo de € 205.868,00 e no ano de 2019 um prejuízo de € 110.488,37. Tal situação configura um desequilíbrio estrutural entre gastos e rendimentos, pelo que deverão ser intensificadas as medidas para a correção desse desequilíbrio e o estabelecimento de uma exploração equilibrada.
8. Conforme previsto no art.º 12 do Decreto de Lei 158/2009, alterado pelo Decreto de Lei 98/2015 a entidade tem obrigatoriamente de valorizar os inventários através do sistema de inventário permanente razão pela qual deverá proceder à sua implementação com a maior brevidade.
9. A pandemia provocada pelo COVID-19 já está a ter um impacto muito negativo na economia mundial, europeia e portuguesa, o que se vai refletir numa contração dos negócios e num impacto negativo na estrutura económico-financeira de todas as entidades públicas e privadas. Tal circunstância, apesar de não permitir fazer uma estimativa objetiva sobre os possíveis efeitos ao nível desta Santa Casa, faz antever uma contração da atividade a todos os níveis. Conforme referido na nota 14.18 do Anexo, salientamos que tais efeitos terão um efeito negativo sobre a atividade e as condições económico-financeiras da Entidade durante o exercício económico de 2020, não sendo, neste momento, possível fazer a quantificação dos seus efeitos nas demonstrações financeiras desse exercício económico, que está dependente, entre outros, da dimensão temporal e extensão desta pandemia.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

10. É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo do Sistema de Normalização Contabilística;
- a elaboração do relatório de gestão e, se aplicável, do relatório de governo societário nos termos legais e regulamentares;
- a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a posição financeira ou os resultados da Entidade; e
- a avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

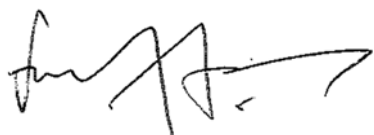
- 11.** A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório profissional e independente baseado na nossa auditoria que inclui a nossa opinião. Incluem-se nas nossas responsabilidades:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se as políticas contabilísticas adotadas são adequadas e a sua divulgação apropriada tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 12.** A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades e contas

- 13.** Em nossa opinião, o relatório de atividades e contas foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Bragança, 31 de Março de 2020



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, Lda.